



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Executiva de Atenção Básica
Gerência de Saúde Mental

Macaé, 11 de novembro de 2025

Ofício Digital Nº: 31573/2025

Destino: Secretaria Executiva de Atenção Básica

Assunto: RE: Relações Legislativas - Rond Macaé

Em resposta ao documento nº: 31340/2025

Prezada Secretária,

Em atenção ao Requerimento nº 195/2025, que solicita informações sobre a existência de processo para criação de programa de internação compulsória de dependentes químicos em situação de rua na cidade de Macaé, esclarecemos que a legislação brasileira que rege a política de saúde mental, em especial a **Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica)**, a **Resolução CNJ nº 487/2023** e as **Portarias do Ministério da Saúde**, estabelecem que a internação constitui medida excepcional, temporária e de última instância (**ultima ratio**), devendo ocorrer somente após o esgotamento de todos os recursos extra-hospitalares e por tempo limitado.

Reiteramos que a internação compulsória de pessoas em situação de rua pode configurar grave violação de direitos fundamentais e das leis vigentes no Brasil, incluindo a Constituição Federal de 1988, uma vez que parte do pressuposto equivocado de que todas as pessoas em situação de rua fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. Tal generalização viola princípios constitucionais como a **dignidade da pessoa humana (art. 1º, III)**, a **liberdade individual (art. 5º, caput)** e o **direito à saúde de forma integral e universal (art. 196)**.

A internação compulsória, conforme previsto na legislação, somente pode ser determinada mediante avaliação médica e decisão judicial, respeitando rigorosamente os direitos do paciente e observando critérios técnicos estritos. A adoção indiscriminada dessa medida, sem observância dos requisitos legais e baseada exclusivamente na condição de vulnerabilidade social, caracteriza arbitrariedade e afronta ao **devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório**, garantias fundamentais previstas no art. 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal.

Ademais, a **Tabela SUS não prevê internações em clínicas especializadas para dependência química**, restringindo os procedimentos previstos a casos de intoxicação aguda por álcool e outras drogas, com tempo máximo de 90 dias, realizados exclusivamente em leitos de hospitais gerais.


A política nacional de saúde mental privilegia o **cuidado em liberdade, em rede e nos territórios**, por meio dos **Centros de Atenção Psicossocial (CAPS e CAPS AD)**, da atenção básica, dos consultórios na rua, das equipes multiprofissionais e de outros dispositivos comunitários que integram a **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**. Esses serviços são considerados prioritários para acolhimento, tratamento e reinserção social de pessoas em sofrimento decorrente do uso abusivo de substâncias, respeitando sua autonomia e dignidade.

Dessa forma, a proposta de criação de programa de internação compulsória voltado especificamente para pessoas em situação de rua não encontra respaldo nas normativas atuais que orientam a política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas, além de representar potencial violação aos direitos humanos e à legislação constitucional e infraconstitucional vigente. A atuação do Município deve estar alinhada às diretrizes legais e constitucionais que privilegiam o cuidado em rede, a reintegração social e a proteção dos direitos fundamentais.

Não obstante, **recomenda-se o fortalecimento e ampliação da rede psicossocial local**, garantindo atendimento integral, digno e de qualidade às pessoas em situação de dependência química e a suas famílias, em conformidade com os princípios da Reforma Psiquiátrica e do Sistema Único de Saúde.

Renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


LORRANE PINHEIRO MOREIRA FERREIRA
Gerente de Saúde Mental
(Documento assinado eletronicamente)